

CRIANDO GADO, PLANTANDO ROÇAS: TRAJETÓRIAS FAMILIARES E ESCRAVIDÃO ALÉM DAS FRONTEIRAS DE MINAS GERAIS

Maísa Faleiros da Cunha*

Resumo

Neste trabalho, apresentamos um estudo particularizado das trajetórias familiares de dois mineiros escravistas que migraram do sul de Minas em direção ao nordeste paulista: Francisco Antonio Diniz Junqueira e Francisco Antonio da Costa, respectivamente sogro e genro. Através da identificação dos proprietários e proprietárias dos escravos montamos uma rede de parentesco de membros da família Junqueira e de alguns de seus escravos. Ao acompanhar os proprietários e seus escravos pudemos conhecer um pouco mais da história dos atores sociais que participaram do efetivo povoamento da região nordeste paulista e de seu desenvolvimento, assim como vislumbrar a constituição da hierarquia social local e até mesmo regional no período oitocentista. Em razão da vila Franca do Imperador se caracterizar por uma economia voltada à produção de gêneros e à criação de gado, um estudo cujo objeto seja as famílias escravas poderá contribuir para o entendimento da dinâmica e estrutura de grupos familiares em áreas distintas das *plantations*. Este trabalho integra um estudo mais amplo que pretende reconstituir e acompanhar no tempo famílias escravas presentes em Franca no século XIX.

Palavras-chave: família; escravidão; século XIX.

* Doutoranda em Demografia (IFCH/ Unicamp).

Criando gado, plantando roças: trajetórias familiares e escravidão em uma vila paulista

Maísa Faleiros da Cunha*

Introdução

Ao analisar os processos criminais que envolveram escravos como réus ou vítimas em Franca-SP no período 1830-1888, Ricardo Alexandre Ferreira atenta para os *vestígios da família cativa em delitos de escravos contra escravos*¹ e relata, dentre outros processos, os assassinatos de Adriana e sua filha Águida por Damião, então marido de Adriana, escravos de José Esteves de Andrade.

Através das informações contidas na fonte citada, Ferreira pôde não somente confirmar a existência da família escrava como constatar os conflitos vivenciados no interior da mesma (apesar dessa não ter sido objeto sobre o qual o historiador tenha se ocupado).

Especialmente no caso de Damião e seus familiares, a família cativa em Franca foi uma realidade. Seguidas vezes e em diversas fontes nos deparamos com fragmentos da história de Damião, Adriana, Águida. E o assassinato de Adriana e Águida em 1878 é apenas uma parte da história destes escravos, que aparentemente se iniciou algumas décadas antes com outros proprietários, familiares de José Esteves de Andrade.

Neste trabalho, apresentamos um estudo particularizado das trajetórias familiares dos escravos de dois proprietários (Francisco Antonio Diniz Junqueira e Francisco Antonio da Costa, respectivamente avô materno e pai de Francisca Carolina Villela de Andrade esposa de Jose Esteves de Andrade) e suas respectivas esposas [Mariana Constança de Andrade e Maria Zimila (Zumila) de Andrade]. Incluímos também nessa análise os senhores e, conseqüentemente, seus familiares. Através da identificação dos proprietários e proprietárias, montamos uma rede de parentesco (dos proprietários e dos escravos). As informações referentes aos escravos, como já esperado, são mais reduzidas e esparsas o que de certa forma dificulta a reconstituição de suas relações familiares, diferentemente do que ocorre para seus proprietários. Quando possível, buscamos incorporar as trajetórias escravas (ainda que com lacunas) às de seus proprietários.

Ao acompanhar proprietários e seus escravos também pudemos conhecer um pouco mais da história dos atores sociais que participaram do efetivo povoamento da região nordeste paulista e de seu desenvolvimento, assim como vislumbrar a constituição da hierarquia social local e até mesmo regional no período oitocentista.

Em razão da vila Franca do Imperador se caracterizar por uma economia voltada à produção de gêneros e à criação de gado, um estudo cujo objeto seja as famílias escravas poderá contribuir para o entendimento da dinâmica e estrutura de grupos familiares em áreas distintas das *plantations*. Este trabalho integra um estudo mais amplo que pretende reconstituir e acompanhar no tempo famílias escravas presentes em Franca no século XIX.

* Doutoranda em Demografia (IFCH/ Unicamp).

¹ FERREIRA, 2005, p. 138. O que se encontra em itálico é o subtítulo do terceiro item do capítulo III.

Criando gado, plantando roças

Na passagem do século XVIII ao XIX, o florescimento da lavoura canvieira e, posteriormente, cafeeira de exportação em território paulista, foi acompanhado do crescimento da mão de obra escrava africana, crucial para a expansão dessas lavouras. Ao mesmo tempo, a produção de gêneros para o mercado interno progredia, para atender e/ou complementar o abastecimento daquelas áreas exportadoras e a Corte estabelecida no Rio de Janeiro em 1808. A abertura dos portos às nações amigas nesse mesmo ano somou para dinamizar as trocas comerciais no Brasil. Nesse contexto de ampliação dos mercados de abastecimento e das áreas agro-exportadoras é que se deu o povoamento efetivo da região nordeste de São Paulo.

O sertão do rio Pardo já havia sido desbravado por bandeirantes², destacando-se a expedição do Anhanguera I em fins do século XVII³, que deixou uma trilha ligando São Paulo a Goiás e que ficou conhecida como “Caminho do Anhanguera” ou “Caminho dos Guayazes”. Mas foi seu filho, Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera II), que havia acompanhado o pai na expedição de 1673, que percorreu novamente o Caminho e notificou oficialmente a capitania de São Paulo sobre a descoberta do ouro goiano (1725)⁴. As novas regiões auríferas movimentaram a rota para se chegar a Goiás e Mato Grosso e permitiram a ocupação e o povoamento do sertão do rio Pardo.

Num primeiro momento de sesmarias e pousos (século XVIII), o sertão do rio Pardo foi povoado por paulistas e sua evolução demográfica foi pouco expressiva. A economia da região estava voltada para a produção de gêneros de primeira necessidade para o próprio consumo e o abastecimento dos viajantes que percorriam o Caminho dos Goiazes.

Esta configuração começou a se modificar a partir da década de 1790, acentuando-se sobretudo nas primeiras décadas do século XIX (CHIACHIRI FILHO, 1986, p. 54). Nesse momento, a participação mineira no efetivo povoamento da região nordeste paulista em princípios do século XIX já foi mostrada pela historiografia regional. Este movimento de mineiros em direção ao *sertão do rio Pardo* situa-se no contexto de ampliação da fronteira da pecuária e agricultura de subsistência de Minas Gerais em direção a São Paulo.

Algumas condições teriam contribuído para a escolha da região de Franca como destino dos migrantes de Minas Gerais. Além de condições naturais favoráveis como pastos abundantes, clima ameno e vegetação de cerrado (o que facilitaria a derrubada da mata), a localização próxima ao Caminho dos Goiazes permitiria o escoamento da produção (GARAVAZO, 2006, p. 27).

O movimento migratório, oriundo em grande parte do sul de Minas Gerais, modificou a paisagem das colinas, capoeiras e matas que deram lugar mais tarde à Vila Franca do Imperador. A criação da paróquia (1805) é creditada ao empenho de mineiros que se estabeleceram na região, tendo seu primeiro vigário nascido em Minas Gerais (trata-se de Joaquim Martins Rodrigues). Nos anos subsequentes, os novos moradores de Franca, obtiveram mais uma conquista, a elevação do povoado a vila e a abertura da Câmara

² Sertanistas de São Vicente teriam percorrido a região desde meados do século XVII (BACELLAR, 1999, p. 47).

³ “Partindo de Mojimirim, o “Caminho dos Guayazes” cortava os territórios dos atuais municípios de Mojiguaçu, Casa Branca, Tambaú, Cajuru, Altinópolis, Batatais, Patrocínio Paulista, Franca, Ituverava, Igarapava, até chegar ao Rio Grande. De São Paulo até aí percorriam-se 90 léguas. Só no Sertão do Rio Pardo, a Estrada tinha uma extensão de 37 léguas aproximadamente” (CHIACHIRI FILHO, 1986, p. 49). Adotaremos a grafia atual (Caminhos dos Goiazes) ao fazer referência ao Caminho.

⁴ Ver dentre outros GARAVAZO, 2006, p. 19; CHIACHIRI FILHO, 1986, p. 30.

Municipal (1824)⁵. Assim, a comunidade já se encontrava minimamente atendida em suas necessidades espirituais e político-administrativas. Durante esse processo, o crescimento populacional foi significativo e avançou as décadas seguintes⁶. A população escrava esteve presente, mas sua proporção no total de habitantes não ultrapassou um terço em todo o período para o qual encontramos informações demográficas (final século XVIII e século XIX).

As principais atividades econômicas desenvolvidas em Franca eram a pecuária, a produção de gêneros da terra voltados para o abastecimento interno, o comércio do sal e uma produção razoável de tecelagem a qual, muito provavelmente, ultrapassava o consumo interno. Nessa época, a produção do café era ainda muito irrisória.

A Lista Nominativa de 1835-36 já arrolava para o município 3.596 cabeças de gado bovino (2.757 bezerros, 435 vacas, 351 bois, 50 novilhos e três “bovinos”), 2.280 porcos, 184 capados, 364 carneiros, 270 potros, 132 éguas, 83 cavalos e 45 bestas. Também mostrava que o milho era o principal gênero de subsistência produzido (alimento para pessoas e animais), seguido do feijão, arroz, fumo, algodão, açúcar e café. O gado vacum era destinado aos engenhos de açúcar para tração/transporte e para o consumo da população no Vale do Paraíba e no Velho Oeste Paulista. Augusto-Emílio Zaluar, em viagem à Província de São Paulo no início da década de 1860, ao se referir a Campinas menciona:

O **comércio** é pois ativo e florescente, porque é aqui o entreposto de Goiás, Uberaba, **Franca** e outras povoações do interior com a corte. Asseguram-me, porém que **já foi** muito mais importante e ativo com estes pontos; e assim mesmo ainda entram aqui todos os anos, da Franca, quatrocentos a seiscentos carros, que trazem toucinho, algodão, queijo e feijão, que permutam por ferragens e sal em grande quantidade (ZALUAR, 1953, p. 137-138 grifo nosso).

Para se fixar no nordeste paulista como criador e agricultor, Francisco Antonio Diniz Junqueira (um dos proprietários focalizados nesta análise) e sua família fizeram parte do processo migratório originário do sul de Minas. Este mineiro natural de Baependi-MG nasceu em 1784 e foi casado em primeiras núpcias com Mariana Constança de Andrade com quem teve sete filhos que chegaram à fase adulta. Descendia de uma importante família do sul de Minas Gerais, os Junqueira. Filho de Maria Francisca da Encarnação e do português (natural de Braga) Gabriel de Souza Diniz, tinha como avós maternos o português João Francisco Junqueira natural do Termo de Barcelos e a brasileira descendente de portugueses Elena Maria do Espírito Santo⁷ - o casal fundador da família Junqueira⁸.

⁵ Franca compunha o *sertão do Rio Pardo* (inicialmente parte de Jundiá). Em 1751, o arraial de Mojimirim foi desmembrado da freguesia de Mogiguaçu (este por sua vez desmembrou-se de Jundiá). A freguesia de Mojimirim é elevada a Vila em 1769, deixando Mogi-Guaçu em segundo plano (CHIACHIRI FILHO, 1986, p. 23). A freguesia de Caconde (cujo povoamento está ligado à descoberta de veios auríferos em seus ribeirões) foi desmembrada da freguesia de Moji-Guaçu e instalada no ano de 1775. Assim, o Sertão dos Goyazes, entre os rios Pardo e Grande, ficou sob a jurisdição de Caconde. Em 1804, com o esgotamento de sua atividade aurífera, a freguesia de Caconde é substituída pela freguesia de Franca (BRIOSCHI, 1995, p. 24-26). Franca irá se desmembrar de Moji Mirim em 1824.

⁶ A população do *sertão do Rio Pardo* era de apenas 365 habitantes em 1797 (Fonte: BRIOSCHI, 1995, p. 112). A freguesia de Franca contava com 1.605 moradores em 1807 e 2.848 no ano de 1814 (Fonte: BACELLAR 1999, p. 70). A Vila Franca do Imperador possuía 5.827 habitantes em 1824 e 10.667 em 1836 (Fontes: CHIACHIRI FILHO, 1986, p. 186; MÜLLER, 1923, respectivamente). Em 1824, Franca se desmembrou de Moji-Mirim, vila desde 1769.

⁷ Elena Maria do Espírito Santo era filha de Antonia da Graça uma das três ilhoas que imigraram para Minas Gerias no início do século XVIII e formaram os principais troncos familiares da Comarca do Rio das Mortes (ANDRADE, 2005, p. 210). Ver em Anexo 1 a descendência de Francisco Antonio Diniz Junqueira.

⁸ Como atesta Brioschi (1985, p. 51): “(...) uma grande família do sudeste brasileiro, tradicionalmente ligada à atividade agropecuária e que mantém uma hegemonia econômica, social e política, através de alguns de seus

A migração para áreas de fronteira mostrou-se uma importante ferramenta para a obtenção de terras por parte de membros da família Junqueira que se expandiram para outras áreas de Minas Gerais (sul de Minas, Triângulo Mineiro e Zona da Mata), nordeste e oeste paulista, Goiás e Rio de Janeiro. Outros membros da família tiveram destino semelhante ao de Francisco Antonio Diniz Junqueira e se estabeleceram no nordeste paulista: três de suas irmãs (ao todo eram nove filhos) foram viver em Batatais e São Simão, assim como outros primos. Por sua vez, como a endogamia entre os Junqueira era uma característica predominante nos casamentos, os primos eram também cunhados.

Francisco Antonio Diniz Junqueira deve ter chegado à freguesia de Franca na década de 1810 (o primeiro registro que encontramos em seu nome data de 1817). Em 1819, já *Capitão-mor*, foi listado como branco, casado, natural *das Gerais* e com 21 escravos em seu fogo. Segundo o vigário Joaquim Martins Rodrigues elaborador da Lista⁹, Francisco Antonio Diniz Junqueira era um homem “de probidade”, Para acompanhar a trajetória desse senhor e a de seus escravos, consultamos as Listas de 1825 (ano em que ficou viúvo) e 1829 (última lista em que o encontramos). Além destas, consultamos os inventários *post mortem* de Mariana Constança de Andrade (1826) e de Francisco Antonio Diniz Junqueira (1843).

Em comparação com os proprietários de escravos em Franca, Francisco Antonio Diniz Junqueira era um grande proprietário de escravos e importante criador de gado. Podemos perceber a continuidade das atividades da família Junqueira no sul de Minas para o nordeste paulista.

Em 1825, Francisco Antonio Diniz Junqueira é arrolado como “agricultor e criador”, o que se repete em 1829 cuja atividade mencionada foi “da lavoura” e “criação”. Compunham seu domicílio, em 1825, seus sete filhos (menores de idade), 28 escravos e três camaradas. Além destes, estavam presentes as famílias de duas filhas casadas e seus escravos: José Ferreira Muniz casado com Sabina Diniz, seus dois filhos e três escravos e a outra filha, Hipólita Diniz, casada com Jose Carlos da Silva e duas escravas. No inventário de Francisco Antonio Diniz Junqueira (1843) há indicações de que estas duas filhas eram ilegítimas (já que não são fruto dos dois casamentos de Francisco Antonio e foram mencionadas como *herdeiros naturais*, uma vez que casadas, seus maridos eram o *cabeça* do casal). Além disso, Mariana Constança de Andrade foi sua esposa em *primeiras núpcias*¹⁰.

Em 1826, foi aberto o inventário de Mariana Constança de Andrade¹¹. O processo se estendeu até 1840 e o lançamento dos bens inventariados chegou a ser feito três vezes: a primeira em 1826, a segunda em 1829 e a terceira em 1834. Os filhos herdeiros tinham idades entre três e 15 anos em 1826. Em 1829, Maria Zimila de Andrade, a filha primogênita, já se

membros, até os dias atuais. Originária do sul de Minas Gerais, de onde se expandiu para o oeste atingindo as terras roxas paulistas, o Triângulo Mineiro e Goiás e para leste até o Rio de Janeiro, passando pela Zona da Mata Mineira, até o final do século XIX”.

⁹ Esta lista nominativa é um tanto peculiar, já que o vigário adjetivou os “cabeças” dos fogos. Além do arrolamento populacional do arraial de Franca e seus arredores, o vigário deixou registrada sua opinião quanto a índole e o comportamento dos moradores. Vejamos alguns exemplos: referiu-se a João Cabral (morador no fogo 71) como “de más intenções e inclinado ao vício do furto”, a Silvério Antonio de Freitas (fogo 95) como “homem de língua perversa especialmente contra o clero”, chamou Clara Maria de Jesus (fogo 108) de “escandalosa”.

¹⁰ Podemos notar que apesar da ilegitimidade, as filhas foram incorporadas à família paterna e agraciadas com a devida parte no momento da partilha. José Ferreira Muniz e sua esposa moravam com o sogro desde, pelo menos, 1819. Não sabemos se vivam sob o mesmo teto de Francisco Antonio ou se constituíram domicílio próprio na mesma propriedade. O que verificamos, foi que assim como o pai, as filhas de Francisco Antonio e seus respectivos maridos não se encontram na lista nominativa de 1835-1836. Jose Ferreira Muniz e seu sogro não são mais citados nos registros de batismo de escravos, mas José Carlos da Silva e Hipólita Placidina Diniz foram arrolados (ora como proprietários ora como padrinhos) ainda por muitos anos nos batismos de cativos.

¹¹ Marcos de Andrade Ferreira (2005, p. 246) cita a esposa como Maria Constança de Andrade. No entanto, o inventário registra Mariana.

encontrava casada com Francisco Antonio da Costa, o segundo proprietário enfocado neste trabalho e descendente de famílias mineiras que há tempos haviam estabelecido laços via casamento com a família Junqueira¹².

O inventário de Mariana Constancia de Andrade nos dá pistas sobre as ocupações e atividades econômicas a que se dedicavam livres e escravos nas propriedades da família. Podemos perceber que nelas eram produzidos panos rústicos (certamente daí saíam vestimentas para os escravos) devido à presença de tear e rodas de fiar e os bens necessários à subsistência e à alimentação de pessoas e animais cultivados com as ferramentas de roça (enxadas, foices, cavadeira). No mais, não há informações sobre a produção de mantimentos ou grãos. Um carro arriado, ferramentas de carapina, de pedreiro e de carpinteiro compareceram no rol de bens avaliados. Com certeza, as ferramentas eram manipuladas pelo escravo Antonio africano listado como oficial de pedreiro e carpinteiro. Bernardino também era um escravo especializado, era alfaiate; Brísida, escrava Mina, tecedeira.

Ao lado destas tarefas diárias (cuja produção em sua maior parte se destinava ao auto consumo) encontramos o que seria a principal atividade econômica: a criação de gado. O rebanho de Francisco Antonio Diniz Junqueira e sua esposa era composto por 58 *carneiros (machos e fêmeas)*, cinco bois *carreiros*, 17 *vacas paridas*, 87 *vacas solteiras*, oito bois *de corte*, sete *marruares novos*, cinco *marruares muito velhos*, 16 *novilhos e 29 garrotes de dois anos*, 43 *novilhas e 27 garrotes de ano*, cinco *cavalos velhos aleijados*, um *cavalo castanho de idade de seis anos*, seis *cavalos novos*, nove *bestas arriadas*, 28 *éguas novas*, seis *éguas velhas*, dez *poldros de ano e cinco poldros*¹³. O total de escravos listados variou de 31 a 34 nas três vezes em que os bens foram inventariados (1826, 1829 e 1834) – abordaremos a estrutura da posse escrava adiante.

O casal ainda possuía uma *morada de casas* (coberta de telhas) na Vila Franca do Imperador na Rua do Ouvidor; uma *morada de casas* coberta de telhas e um laranjal no lugar Barra do Bom Jardim, partes nas fazendas Boa Vista, Macaúbas, Bebedorzinho, Ribeirão e a fazenda Santo Antonio (onde a família vivia). Para esta última foi listado o terreiro composto por quatro lances cobertos de telhas com cinco portas e cinco janelas com monjolo e paiol (cobertos de capim e moinho coberto de telhas de espinho).

O monte-mor foi avaliado em 116:894\$450 (cento e dezesseis contos, oitocentos e noventa e quatro mil e quatrocentos e cinqüenta réis), a maior parte se referia aos bens de raiz (102:500\$000 – cento e dois contos e quinhentos mil réis). O inventário não informa a metragem das fazendas, mas pelo valor declarado deveriam possuir muitos (e consideráveis) alqueires. Boa parte das terras da família certamente era destinada a servir de pastagem ao gado.

Após a morte da primeira esposa, Francisco Antonio Diniz Junqueira se casa com Ana Teodora Monteiro de Barros, natural de Livramento-MG (Termo da Vila de Aiuruoca). Com a segunda esposa teve apenas uma filha, Maria Emerenciana, que se casou em Minas com um tio materno (BRIOSCHI, 1985, p. 228). Francisco Antonio Diniz Junqueira mantinha

¹² Francisco Antonio da Costa é filho de João da Costa Lourenço e de Ana Vitória de Jesus. Dentre outros ascendentes deste proprietário encontramos João Garcia Duarte (II) e Antônia Maria (Duarte) de Jesus (avós maternos) e Bento Rabelo de Carvalho e Maria Teresa de Jesus (bisavós paternos), ou seja, estas famílias já haviam estabelecido parentesco com a família de Helena Maria do Espírito Santo (esposa do primeiro Junqueira) antes da chegada deste último ao sul de Minas (BRIOSCHI, 1985 b, p. 179). Manoel Jose da Costa (irmão de Francisco Antonio da Costa) se casou com Emiliana Francisca Junqueira filha do casal José Francisco Junqueira (irmão da mãe de Francisco Antonio Diniz Junqueira) e Antonia Maria de Jesus. Estes quatro últimos foram assassinados na Fazenda Bela Cruz em 13 de maio de 1833 pelos escravos de Gabriel Francisco Junqueira na *Revolta de Carrancas* (ANDRADE, 2005, capítulos IV e V). Gostaria de agradecer a Valter Lelis e Sônia Regina Belato de Freitas Lelis pelas informações valiosas sobre a descendência do capitão-mor Francisco Antônio Diniz Junqueira.

¹³ Os animais listados se referem aos arrolados em 1829.

vínculos estreitos com a Província de Minas Gerais. Além de sua segunda esposa ser natural do sul de Minas, em 1829 ele se encontrava em Três Pontas-MG e deixou seu irmão Antônio Sancho Diniz Junqueira como seu procurador no inventário de Mariana Constancia de Andrade. Em 1836, não encontramos o capitão Francisco Antonio na lista nominativa referente à Vila Franca do Imperador e seus distritos. Seu domicílio não foi listado ou estaria em Minas Gerais? Os registros paroquiais dos cativos de Francisco Antonio Diniz Junqueira se estendem até 1838. Apesar de indicações de que o mesmo envolveu-se no episódio da “Anselmada”, não sabemos se sua participação foi direta.

Esse grupo [o núcleo da família Junqueira em Franca tem como principais figuras, no seu início, o Capitão-mor e seu primo (e co-sogro) João Francisco Diniz Junqueira] dominou a política na região de Franca com José Bernardes da Costa Junqueira, genro/primo do Capitão-mor, sendo chefe do Partido Conservador. No ano de 1838 esse grupo tomou parte no episódio político, caracterizado como disputa de poder local, denominado “Anselmada”; as lutas políticas resultaram em atentado ao juiz de paz interino, Manuel Rodrigues Pombo, perpetrado por Anselmo Ferreira de Barcelos e outros, causando a morte de um dos participantes. A ligação dos Junqueira com as disputas não ficou esclarecida, havendo documentos registrando a sua participação no episódio apenas como membros da Câmara Municipal, na troca de correspondência com a capital da Província, ou então como membros e testemunhas do Conselho do Júri (BRIOSCHI, 1985, p. 229-230).

Quando o inventário de Francisco Antonio Diniz Junqueira foi aberto em 1843 (em virtude de sua morte ocorrida no ano anterior¹⁴) pouco nos inteiramos de suas atividades e de seus bens, já que são citados apenas seis escravos, alguns cavalos, os bens de raiz (sem especificar a produção oriunda das partes de terras). O valor do monte-mor foi estipulado em 68:566\$511 (sessenta e oito contos, quinhentos e sessenta e seis mil, quinhentos e onze réis). Segundo Andrade (2005, p. 246), o capitão-mor faleceu em Franca.

A descendência de Francisco Antonio Diniz Junqueira e Mariana Constancia de Andrade permaneceu presente na região de Franca. Em razão dos objetivos deste trabalho, iremos nos ater com maior atenção a Maria Zimila de Andrade, primogênita do casal. Nascida por volta de 1811 (certamente em Minas Gerais) casou-se entre 1827-1829 com Francisco Antonio da Costa¹⁵ também mineiro. Maria Zimila e Francisco Antonio da Costa tiveram oito filhos que chegaram à idade adulta¹⁶, sendo uma de suas filhas (Francisca Carolina Villela de Andrade) esposa de José Esteves de Andrade (proprietários de Adriana e Damião).

O inventário do major Francisco Antonio da Costa (aberto em 1879) mostra que a atividade criatória permanecia ativa e presente, já que foram arrolados *quatro capados, 70 porcos, 66 vacas sem cria, 47 vacas com cria, 37 bezerras, 30 bois de carro, 90 garrotes, 40 novilhas, sete bois, nove touros, quatro cavalos, seis éguas com burrinhos, 16 poldros, 15 éguas sem cria, 12 éguas com cria, 17 bestas, três burros, três jumentos*. Além disso, foram citados o engenho de serra, uma tenda de ferreiro, 16 carros de milho, o tear e rodas de fiar. A fazenda Monte Belo foi dividida entre todos os herdeiros e não houve menção a outras terras.

¹⁴ O capitão-mor Francisco Antonio Diniz Junqueira faleceu em 17 de dezembro de 1842 sem testamento (Arquivo Histórico Municipal de Franca, 1º Ofício Cível, Cx. 88 n. 11). Estudos baseados na genealogia da família Junqueira afirmam que sua morte se deu em 1852 (ANDRADE, 2005; BRIOSCHI, 1985).

¹⁵ As fontes consultadas para acompanhar esse casal foram a lista nominativa de 1835-36; o inventário de Francisco Antonio da Costa datado de 1879 (ano seguinte de seu óbito) e o de sua esposa aberto em 1886 (ano de seu falecimento). No inventário de Francisco Antonio da Costa tivemos acesso a uma cópia da Matrícula de seus escravos realizada em 31 de agosto de 1872. A descendência deste casal encontra-se em anexo, figura 2.

¹⁶ O tenente Martiniano Francisco da Costa (quarto filho do casal) casado com Maria Rita da Costa foram pais de Theolina Andrade da Costa, a *sinhá Junqueira*, que por sua vez se casou com seu primo Francisco Maximiano Junqueira, o coronel Quito, de Ribeirão Preto.

Já o valor dos 12 escravos fez parte da meação da viúva e todos permaneceram com a mesma. O monte-mor chegou à soma de 120:752\$460 (cento e vinte contos, setecentos e cinquenta e dois mil, quatrocentas e sessenta réis).

O significativo número de cabeças de gado muar nos leva a considerar a possibilidade de Francisco Antonio da Costa atuar no transporte de cargas. Dos cativos anotados na Lista de Matrícula (1872) encontramos um campeiro, um carpinteiro, um pagem e seis lavradores. As mulheres cativas estavam vinculadas ao trabalho doméstico ou à tecelagem: três eram fiandeiras, uma costureira e outra cozinheira.

Sete anos depois, quando Maria Zimila faleceu (sem testamento) encontrava-se em companhia de seu genro (e inventariante) Isaac Vilella de Andrade casado com sua filha Ana Cândida de Andrade. Os bens listados foram ouro e prata, os móveis da casa, os animais (vacum e cavalos), alguns poucos porcos (apenas quatro), oito escravos, dinheiro, os bens de raiz e dívidas ativas¹⁷. O monte-mor foi avaliado em 39:226\$162 (trinta e nove contos, duzentos e vinte e seis mil, cento e sessenta e dois réis).

Como podemos constatar, as plantações ou sacas de café não foram citadas em nenhum inventário. A única referência sobre a rubiácea foram *quatro objetos de pedra para café* (inventário de Francisco Antonio da Costa) e não sabemos para quê especificamente serviriam. O que não invalida a possibilidade de pés de café já existirem nas terras da família, ao menos quando da morte de Maria Zimila de Andrade (1886).

Como podemos verificar, os proprietários analisados compunham parte de uma família de muitas posses, poder e riqueza. Seus membros eram donos de muitos alqueires de terras e de escravos. Lado a lado, o poder econômico aliava-se à ocupação de cargos de prestígio social como o de capitão-mor, major, tenente, alferes¹⁸. A endogamia matrimonial mostrou-se uma importante ferramenta para a manutenção da riqueza. Encontramos, nos inventários, as procurações de herdeiros que mencionavam mais de um grau de parentesco com o inventariado (a). A morte do senhor (a) poderia significar um momento de tensão entre os escravos, especialmente para a família escrava. No entanto, a doação de cativos (especialmente os jovens e as crianças) para os filhos e filhas que saíam de casa não era incomum. Como veremos, a vida familiar escrava poderia ser afetada de diversas maneiras....

A demografia e o parentesco escravo.

A primeira parte deste trabalho buscou contextualizar o povoamento e a economia da localidade para onde membros da família Junqueira migraram nas primeiras décadas do século XIX. Em seguida, identificamos e acompanhamos os proprietários de escravos e seus familiares e as atividades econômicas a que se dedicaram. Nossa análise terá como ponto de partida a escravaria de Francisco Antonio Diniz Junqueira.

Neste tópico, iremos abordar a demografia e a família escrava através dos registros paroquiais (casamento, batismo e óbito), inventários *post mortem*, listas nominativas de habitantes e o processo criminal aberto em decorrência do assassinato de Adriana e Águida¹⁹.

Como vimos, o capitão-mor Francisco Antonio Diniz Junqueira dedicava-se à lavoura e à criação de gado. A Lista Nominativa de Habitantes de 1825 arrolou em seu domicílio 28

¹⁷ O arrolamento dos bens é mais completo quando ocorre a morte do primeiro cônjuge. A morte de um dos cônjuges fraciona os bens, assim, os inventários de Mariana Constancia de Andrade e de seu genro, Francisco Antonio da Costa (faleceram primeiro que seus cônjuges) são os mais ricos em informações.

¹⁸ Lucila Brioschi afirma que em 1857, [o núcleo dos Junqueira em Franca] além de grandes fazendeiros, ocupavam quase todos os postos da Guarda Nacional na localidade (BRIOSCHI, 1985, p. 230).

¹⁹ Fontes: Registros paroquiais - Arquivo da Cúria Diocesana de Franca-SP, inventários *post mortem* e processo crime - Arquivo Histórico Municipal de Franca-SP, listas nominativas de habitantes (microfilmes) – Centro de Documento e Pesquisa Histórica (CEPAPH/ Unesp – Franca-SP).

escravos, dos quais 19 homens (68%). A proporção de africanos atingiu a cifra de pouco mais da metade dos cativos (53%). Os menores de 15 anos eram um quinto desta escravaria²⁰. Além disso, 72,7% dos cativos adultos (15 anos ou mais) encontravam-se casados ou viúvos (de um total de 22 adultos, 15 estavam casados e Vitória viúva, mas veio a se recasar em 1826). Devido à presença dos dois últimos segmentos (menores de 15 anos e escravos unidos ou viúvos) acreditamos que esta escravaria já havia se constituído há algum tempo, talvez tivesse migrado de Minas Gerais com o proprietário e sua família. Como havia 15 escravos de origem africana (53%), as designações que atestaram essa origem variaram: Cambunda, Mina, Banguela, Libolo, Congo, Angola²¹.

Havia mais escravos listados no inventário do que nas listas nominativas. Em 1826, foram inventariados 31 escravos (na Lista Nominativa de 1825 foram 28), 34 cativos em 1829 (na Lista Nominativa de Habitantes para o mesmo ano foram 27 escravos) e 33 cativos em 1834²².

As diferenças entre as listas nominativas e o arrolamento dos bens podem estar relacionadas com o nascimento de crianças, a morte de escravos, a aquisição (por compra, via herança) de novos cativos, ou mesmo podemos lançar a hipótese de que alguns escravos adultos estivessem ausentes da propriedade (transportando gado ou mercadorias até outras localidades, por exemplo). Ademais, não podemos descartar a possibilidade de erros na confecção dos documentos.

Para 1829, tivemos acesso a dois arrolamentos de escravos: o primeiro oriundo da Lista Nominativa de Habitantes e o segundo proveniente do inventário (segunda avaliação dos cativos). Rapidamente, apresentamos uma comparação entre as duas fontes.

De acordo com a Lista de Habitantes de 1829, a escravaria era composta por 27 cativos, sendo 16 homens (59%). Os africanos chegaram a 55,6% da posse. A participação das crianças reduziu-se em relação à Lista Nominativa de 1825 (decaiu de 22,2% em 1825 para 18,5% em 1829), assim como a proporção de escravos adultos casados (de 72,7% em 1825 para 63,6% em 1829). Entre 1825 e 1829, houve a introdução de novos escravos africanos adultos na senzala de Francisco Antonio Diniz Junqueira, como Roque de 20 anos, Gonçalo de 25 anos, Brígida de 25 anos, dentre outros. Outro aspecto diferenciador entre as duas Listas Nominativas de Habitantes e que nos chamou a atenção foi a naturalidade dos cativos, em 1829 foram listados com apenas três procedências: Minas Gerais, São Paulo e Angola.

Acreditamos que 17 escravos listados em 1829 eram os mesmos de 1825 (apesar de várias idades e a naturalidade não coincidirem). Notamos uma mudança de naturalidade para alguns escravos entre as Listas de Habitantes de 1825 e 1829: quatro escravos de origem africana em 1825 tornaram-se naturais de *Minas Gerais* em 1829 e oito cativos *Mina*, *Cambinda* ou *Banguela* (e até mesmo uma crioula) passaram a ser *Angola*. Uma possível causa desta *nacionalização* e *angolanização* dos escravos em 1829, parece ter relação com as

²⁰ Nossa opção em adotar a idade de 15 anos como limite entre a infância e a idade adulta baseou-se no trabalho de Cristiany M. Rocha que destaca os motivos para tal escolha: “(...) primeiro, porque boa parte da bibliografia que estamos utilizando o faz, segundo, porque esta foi a idade fixada pela primeira lei que proibia a separação de pais e filhos em 1869, ou seja, os filhos até 15 anos não poderiam ser separados, por venda, doação ou herança, dos seus pais” (ROCHA, 2004, p. 115, nota 3).

²¹ Os demais foram dois “molatos”, um cabra, oito crioulos e para uma escrava não havia informação.

²² Em 1834, foi realizado o último lançamento dos bens do inventário de Mariana Constança de Andrade para finalmente ser feita a partilha (os bens também foram avaliados em 1826 e 1829). Quando ocorreu a morte de Mariana Constança de Andrade (por volta de 1825), seus filhos tinham idades inferiores a 16 anos. O filho mais novo contava com apenas dois anos de vida. Assim, os bens não foram divididos e provavelmente os escravos mantiveram-se com Francisco Antonio Diniz Junqueira e os herdeiros menores até a efetivação da partilha a partir de 1834.

discussões sobre o fim do tráfico transatlântico de escravos na década de 1820 e que culminou com a sua proibição a partir de 1831. Com o acirramento da pressão inglesa para que fosse seguida a abolição do tráfico ao norte do Equador (1815), até então desrespeitado pelos traficantes portugueses e com os tratados que precederam o fim do tráfico (1831), percebe-se uma preocupação por parte dos senhores em transparecer *legalidade* na origem de seus escravos²³.

Na descrição dos escravos avaliados no inventário em 1829, de 34 cativos (quando a escravaria de Francisco Antonio Diniz Junqueira contou com mais cativos), 19 eram homens (56%), as crianças chegaram a representar 29,4% do total de cativos e exatamente a metade tinha origem africana. Não há menção ao estado conjugal dos cativos. Dos africanos, 60% foram descritos como de *Nação Angola*, três escravos como *Cambunda*, uma *Moçambique*, uma *Mina*, uma *Rebola* e outra cativa como *Caçanje*. Aqui podemos verificar que a parte africana da escravaria não era integralmente *Angola*.

A principal diferença entre a Lista de Habitantes de 1829 e o assento de bens presente no inventário do mesmo ano esteve ligada à presença das crianças neste último. Mesmo crianças, os escravinhos eram bens e deveriam obrigatoriamente ser listados para a partilha. Já para a Lista Nominativa, caracteristicamente uma fonte elaborada tendo como foco a arrecadação de impostos e a disponibilidade de contingente militar, os pequenos como Maria de dois anos, Clementino de três anos, Ana de dois anos parecem ter tido sua importância relativizada, afinal, poderiam nem chegar à fase adulta e foram “esquecidos” pelo elaborador da Lista, talvez pouco cuidadoso.

Nessa última listagem, o escrivão foi um pouco mais acurado na descrição dos cativos ao informar o nome, naturalidade, idade, se casado a indicação da esposa e as moléstias dos escravos. Do total de 33 escravos, 19 eram do sexo masculino (57,6%), os menores de 15 anos representavam exatamente um terço da escravaria e os crioulos, pela primeira vez, ultrapassaram o número de africanos, respectivamente 51,5% e 48,5%. Dos cativos adultos (22), encontramos 15 unidos (68,2%), dos quais sete casais e Francisco que não estava com sua esposa, pois esta era escrava do herdeiro José Bernardes [da Costa Junqueira]²⁴. Dada a significativa participação das crianças e jovens no total dessa escravaria e a maioria crioula, podemos vislumbrar como a presença da família cativa apresentou um novo perfil à demografia escrava, uma vez que os crioulos eram em sua maioria filhos dos adultos.

Com a partilha, a família escrava se vê diante da real possibilidade de ser esfacelada. Se para Francisco o momento da partilha pode ter sido uma benesse, pois foi herdado pelo proprietário de sua mulher, para outros escravos representou a separação. Quando a partilha foi feita em 1836, houve a menção a 35 escravos, dos quais três haviam sido vendidos a Francisco José de Almeida, 13 ficaram com Francisco Antonio Diniz Junqueira e os demais foram repartidos entre os herdeiros (cinco herdeiros receberam três escravos e dois, inclusive Francisco Antonio da Costa, herdaram dois cativos). Francisco Antonio Diniz Junqueira, conservou junto a si, cinco casais, Tomé, Bernabé e a parda Ana. O único casal a ser

²³ RODRIGUES, 2000, ver especialmente capítulo 2. É provável que uma parte dos escravos africanos tenha passado primeiramente por Minas Gerais para depois ser levada a Franca, na província de São Paulo. Consideramos esta possibilidade baseando-se em Andrade (2005, p. 221-222) que cita a participação de vários membros da família Junqueira na remessa de cativos para Minas. Lembramos que o tráfico internacional de escravos foi efetivamente extinto em 1850.

²⁴ Encontramos nove casamentos dos cativos de Francisco Antonio Diniz Junqueira sendo realizados na igreja matriz de Franca (entre 1819 e 1844, este último já anota o proprietário como *falecido*). Se o casamento foi relativamente difundido entre os escravos, a legitimidade também foi elevada. De 19 registros de batismo referentes aos escravos de Francisco Antonio Diniz Junqueira, apenas Salvador foi batizado na matriz como filho *natural* da escrava Maria em 1832.

separado foi Tomé e Brígida, esta ficou com a herdeira Umbelina Honória de Andrade. Gonçalo e Vitória viram a filha Felicidade de oito anos partir também com Umbelina Honória de Andrade. Bernardino e Constancia permaneceram com o capitão-mor, mas a filha Margarida passou a pertencer a Francisco Antonio da Costa e o filho Mateus ficou com outro herdeiro, Antonio Diniz Junqueira. Os irmãos Malaquias, Eva e Querina (filhos de Antonio e Adriana, já falecida) foram totalmente separados, indo cada um para um herdeiro diferente.

Podemos observar que a escravaria de Francisco Antonio Diniz Junqueira manteve um relativo equilíbrio entre o número de homens e de mulheres, assim como a presença de crianças e jovens (menores de 15 anos) foi verificada em todos os anos considerados. Tratava-se de uma posse constituída já há algum tempo e com a presença de africanos superior à média da localidade (os africanos eram apenas um terço da população escrava de Franca em 1835-36). No entanto, a presença de africanos na posse do capitão-mor se comparada às áreas onde a economia agro-exportadora predominou, era inferior. No Vale do Paraíba paulista e Oeste Paulista, a proporção de africanos no total da população escrava chegou a apresentar valores próximos a três quartos. Em Bananal (localidade produtora de café no Vale do Paraíba) 78,2% do total de cativos eram africanos em 1829 (MOTTA, 1999, p. 134). Para Campinas (que integrava o quadrilátero do açúcar no Oeste Paulista) a citação de Slenes é bastante elucidativa, “em 1801, os africanos constituíam 70,1% dos cativos acima de 15 anos de idade. A proporção provavelmente se manteve próximo ou até superior a este patamar até o final do tráfico [1850]” (SLENES, 1999, p.71). A analisar a escravaria de Salvador Bueno da Silveira, um senhor de engenho de cana-de-açúcar de Campinas, Rocha nos informa que os africanos compunham 95,2% e 78,1% da posse, respectivamente em 1829 e 1836 (ROCHA, 2004, p. 68). Nas duas datas, Salvador Bueno era dono de 41 cativos.

Como podemos verificar, Francisco Antonio Diniz Junqueira era um criador e lavrador bem sucedido com número de escravos que não se diferenciavam de forma considerável de áreas de agroexportação. A diferença encontra-se na menor proporção de escravos africanos na posse de Franca. A presença crioula na escravaria desse criador ultrapassou a africana em 1834, e no exemplo do proprietário de Campinas, isso ocorrerá apenas na segunda metade do século XIX (com a extinção do tráfico transatlântico em 1850).

Tabela 1
Escravos segundo grupo etário, sexo e naturalidade pertencentes a Francisco Antonio Diniz Junqueira e Mariana Constancia de Andrade.

Grupos etários	Sexo	1825			1829*		1829		1834		S/I
		Afr.	Cr.	S/I	Afr.	Cr.	Afr.	Cr.	Afr.	Cr.	
Menos de 15 anos	H	1	5		0	3	0	5	0	5	
	M	0	0		0	2	0	5	0	6	
15 anos ou mais	H	10	3		8	5	11	3	10	3	1
	M	4	4	1	7	2	6	4	6	2	
Total por orig.		15	12		15	12	17	17	16	16	1

Fonte: Listas Nominativas (1825 e 1829*) e Inventário de Mariana Constancia de Andrade (1829 e 1834).

Afr. = africano, Cr. = crioulo, S/I = Sem informação quanto a naturalidade, Orig. = Origem. Não utilizamos o levantamento de bens inventariados em 1826 em razão da ausência de idades (inventário de Mariana Constancia de Andrade). Em 1843 foram listados apenas seis escravos: quatro africanos (um homem e três mulheres com 15 anos ou mais), um crioulo adulto e um escravo adulto do sexo masculino sem a naturalidade (inventário de Francisco Antonio Diniz Junqueira).

Quando o inventário de Francisco Antonio Diniz Junqueira foi aberto em 1843, foram avaliados seis escravos que estavam com o capitão-mor pelo menos desde 1826. Antonio de Nação era oficial de pedreiro e contava com 56 anos quando foi avaliado em 50\$000 (cinquenta mil réis) no inventário. Este valor foi descontado do monte-mor, uma vez que Antonio recebeu a liberdade. Não sabemos se a desfrutou como gostaria, afinal já se encontrava cego de um olho e com *achaque de dores nos braços*. Luis, Narcisa, Tomásia, Joana e Bernabé não tiveram a alegria de se verem libertos com a morte do senhor e foram então herdados por Jose de Andrade Diniz Junqueira. Francisco Antonio da Costa não herdou escravos na partilha dos bens de seu sogro, mas já os tinha recebido em dote quando se casou com Maria Zimila de Andrade. Assim, Agostinho de Nação, Águida crioula (mãe de Adriana) e Adão crioulo deixaram o domicílio de Francisco Antonio Diniz Junqueira e passaram a pertencer a Francisco Antonio da Costa, sendo arrolados no domicílio deste último na Lista Nominativa de Habitantes de 1835-36.

Passamos agora a analisar a escravaria de Francisco Antonio da Costa. Quando o encontramos pela primeira vez na Lista Nominativa de 1835-36, contava com 16 cativos em seu domicílio, dos quais nove eram homens (56,3%). Os africanos compunham apenas 37,5% da posse e os menores de 15 anos, 50%. A Lista de Habitantes arrolou dois escravos adultos casados, Agostinho e Juliana. Apesar de ter sido elaborada 36 anos depois, verificamos através da Matrícula de Escravos de 1872 (anexada ao inventário de Francisco Antonio da Costa) que cinco escravos presentes na posse em 1835-36 foram adquiridos por dote, doação ou herança. Adão, Águida e Agostinho por dote, a crioula Margarida por herança e Juliana por doação (que acreditamos ser a mãe de Damião, como mostraremos a seguir).

Segundo o inventário de Mariana Constanca de Andrade, as escravas herdadas por Francisco Antonio da Costa (por “cabeça” de sua mulher Maria Zimila) foram a africana Tomásia e a crioula Margarida. Mas ao que parece, houve uma partilha fictícia, pois Tomásia permaneceu com Francisco Antonio Diniz Junqueira até a morte deste senhor e depois foi herdada por Jose de Andrade Diniz Junqueira.

Através dos registros de batismos e de casamento dos escravos de Francisco Antonio da Costa e Maria Zimila de Andrade, verificamos que vários escravos se uniram e batizaram filhos após a data da Lista de Habitantes de 1835-36 (total de cinco casamentos e 30 batismos). Do total de batismos, 80% eram de filhos legítimos.

Em 1872, a Lista da Matrícula de Escravos arrolou 18 cativos, sendo 10 homens (55,6%). A escravaria possuía poucas crianças (apenas duas meninas)²⁵ e os escravos africanos compunham 38,9% do total. Dos 11 cativos restantes, seis eram francanos e cinco naturais de Minas Gerais. Dos cativos adultos (16), nove eram casados ou viúvos (56,3%). As ocupações dos cativos foram em sua maioria a de lavrador para os homens e de fiandeira para as mulheres. Havia ainda um pajem, um carapina, uma cozinheira e uma costureira.

Uma informação valiosa presente na Matrícula de Escravos é a filiação dos cativos. Na escravaria de Francisco Antonio da Costa, exceto os africanos, todos os crioulos (nascidos no Brasil) tinham a filiação conhecida. Os escravos inseridos em grupos familiares chegavam a 88,9% dessa escravaria e estavam excluídos apenas os africanos Marciano e Lino (solteiros em 1872) e aparentemente sem relações de parentesco (consanguíneo ou espiritual) estabelecidas com os seus companheiros de cativeiro. De acordo com o inventário de Maria Zimila de Andrade, Lino deixou o mundo dos vivos em novembro de 1876 e Marciano, então

²⁵ A Matrícula de Escravos foi realizada em agosto de 1872, ou seja, quase um ano após a Lei de 28 de setembro de 1871 que libertava as crianças de ventre escravo. Assim, as crianças nascidas no último ano não foram consideradas.

com 54 anos, comprou com seu pecúlio a liberdade e pôde assim deixar o mundo da escravidão em outubro de 1876.

Quando a vida do Major Francisco Antonio da Costa expirou em 1878, em seu inventário (aberto em 1879) constavam 12 cativos. Basicamente, o que ocorreu com sua escravaria foi a perda de três cativos africanos por morte ocorridas respectivamente em 1874 (Antonio), 1876 (Lino) e 1878 (Juliana), por doação (a jovem Maria de 14 anos foi doada ao genro Izaac Villela de Andrade em 1876), por compra da liberdade (Marciano em 1876) e um último escravo, José, não sabemos o que se sucedeu, provavelmente faleceu. De acordo com a partilha de bens, a viúva dividiu os bens de raiz, mas conservou ao seu lado os 12 escravos.

Maria Zimila de Andrade não chegou a ver o derradeiro fim da escravidão. Com sua morte em 1886, seus escravos se viram diante de um possível momento desestabilizador em suas vidas. A posse de Maria Zimila contava com oito escravos adultos e dez ingênuos. Assim, 18 afrodescendentes estavam sob o poder de Maria Zimila ou de seu genro, com quem ela vivia quando morreu.

Os ingênuos estavam acompanhando suas mães ainda escravizadas. Joana estava acompanhada de seus oito filhos (dos 11 tidos). Esta escrava tem uma trajetória interessante. Nasceu na escravaria de Francisco Antonio da Costa e foi batizada na igreja matriz de Franca 27 de junho de 1847. A pequena Joana era filha do casal de africanos Agostinho e Juliana. Provavelmente foi vendida, doada ou dada como dote a Theolina Zimila de Andrade (filha de Francisco Antonio da Costa e Maria Zimila) que por sua vez se casou com João Marcílio de Andrade Junqueira. Joana se casou com Paulo e junto com quatro filhos foram arrolados na Lista da Matrícula de Escravos de João Marcílio em 1872 (esta lista foi anexada ao inventário de Maria Zimila de Andrade). No entanto, Theolina e seu marido faleceram (aparentemente sem herdeiros) e Maria Zimila de Andrade tornou-se uma das legatárias do casal.

Joana (então viúva) e sua prole voltaram para o lado de sua antiga senhora, assim como, passaram a viver com o irmão de Joana, Rafael e sua esposa Iria e com a sobrinha Feliciano (filha destes últimos). Feliciano era uma jovem escrava de 21 anos e estava acompanhada de seus dois filhos ingênuos: Favorino e Rafael (homônimo do avô materno). Ainda compunham a família de Rafael e Iria, o irmão da mulher, Francisco. Além destes, os irmãos Tertuliano e Paulino (ambos solteiros) também compunham a posse de Maria Zumila.

Joana e seus filhos ingênuos foram herdados pelo filho de Maria Zimila, Martiniano Francisco da Costa. Sua filha Dionísia e sua sobrinha Feliciano (juntamente com os dois filhos ingênuos desta) passaram a pertencer a José Estevez de Andrade. Iria (acompanhada de Manoel, seu filho ingênuo) e seu irmão Francisco fizeram parte do pagamento feito a outro herdeiro, o capitão Zeferino José do Nascimento, genro de Maria Zimila. Avaliado em 800\$000 (oitocentos mil réis), Francisco tinha como condição para “ficar liberto” prestar os seus serviços pelo tempo de *seis anos* ao capitão Zeferino. Rafael (marido de Iria) vislumbrou a liberdade. Avaliado em 200\$000 (duzentos mil réis), o valor foi pago pelo escravo em troca de sua carta de liberdade. Os irmãos Paulino e Tertuliano foram dados em pagamento ao herdeiro Izaac Villela de Andrade e provavelmente permaneceram onde estavam, uma vez que Maria Zimila encontrava-se na companhia deste genro quando faleceu.

Ao que parece, Francisco Antonio da Costa e Maria Zimila de Andrade recorreram ao tráfico intraprovincial de escravos apenas com a província vizinha de Minas Gerais, pois não adquiriram escravos nascidos nas regiões Nordeste, Norte ou Centro-Oeste do país.

Tabela 2
Escravos segundo grupo etário, sexo e naturalidade pertencentes a Francisco Antonio da Costa e Maria Zimila de Andrade.

Grupos etários	Sexo	1835-36		1872		1879		1886
		Afr.	Cr.	Afr.	Cr.	Afr.	Cr.	Cr.*
Menos de 15 anos	H	0	4	0	0	0	0	0
	M	0	4	0	2	0	1	0
15 anos ou mais	H	4	1	4	6	1	5	4
	M	2	1	3	3	2	3	4
Total por orig.		6	10	7	11	3	9	8

Fontes: Lista Nominativa (1835-36) e Inventários (1879 e 1886).

Afr. = africano, Cr. = crioulo, Orig. = Origem

* A partir da Lei de 28/09/1871 os filhos de escravas são considerados "filhos livres de ventre escravo". Encontramos listados sete ingênuos (com idades entre 15 e dois anos) acompanhando a escrava Joana (viúva) e dois (de quatro e dois anos) acompanhando a escrava Feliciano (solteira).

Através da análise da composição das posses de Francisco Antonio Diniz Junqueira e Francisco Antonio da Costa, pudemos verificar como a família escrava vai se cristalizando ao longo das décadas. Com o nascimento das primeiras gerações de crioulos e por conseguinte com o nascimento de seus filhos que podemos verificar a existência e perpetuação dos grupos familiares. Ao informar a filiação dos cativos, a Lista da Matrícula de Escravos de 1872 nos permite uma percepção sobre o parentesco escravo ainda mais nítida. Todos os crioulos têm sua filiação anotada, ou seja, o parentesco escravo já se encontra estruturado – o que teria retardado a compra de escravos de outras regiões do país?

O nordeste paulista não conseguiu se igualar aos grandes proprietários de escravos do Oeste Paulista ou do Vale do Paraíba que conseguiram ser donos de uma centena ou mais de escravos. Afinal a pujança do café não chegou a Franca e a criação de gado, certamente não exigia investimento tão elevado em escravos. Como vimos, mesmo com menos escravos que seu sogro, Francisco Antonio da Costa era dono de mais cabeças de gado. Sua família não perdeu prestígio na localidade (vide os títulos que sustentavam: capitão, tenente, major, alferes) e nem mesmo entre seus parentes que viviam no nordeste paulista, pois sua neta Theolina (filha de Martiniano Francisco da Costa) se casou com um importante Junqueira de Ribeirão Preto.

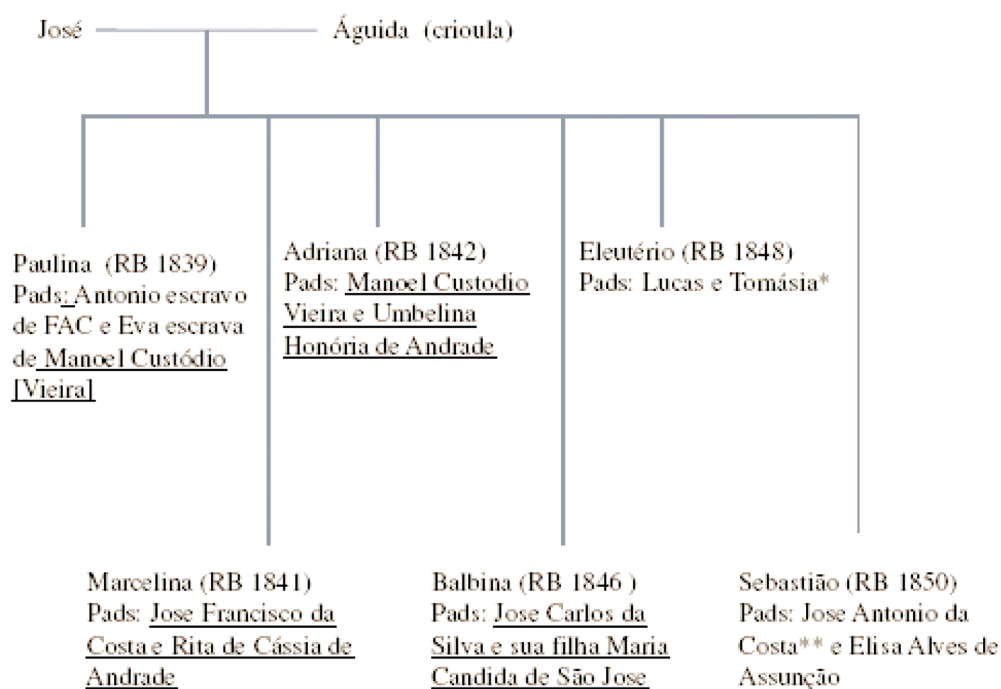
As famílias escravas de Adriana e Damião.

A seguir, analisaremos as trajetórias de algumas famílias escravas, que ao longo de suas existências foram o alicerce das famílias de senhores aqui analisadas. A relação com os senhores e seus familiares foi estreita e se consolidou não apenas no campo da dominação que marcava a escravidão e o trabalho forçado, mas também na arena familiar. O compadrio serviu como base para o fortalecimento e o estreitamento das relações de convivência tanto com livres como escravos.

Ter como ponto norteador a história de Damião e Adriana é como partir do “final” em direção ao “começo”. Algumas lacunas permanecem, mas ao vasculhar as fontes, pouco a pouco, encontramos pistas que se encaixam, nomes repetidos, informações esclarecedoras.

No fogo de Francisco Antônio da Costa encontramos em 1835, José, Águida, Juliana, Agostinho e Damião. O africano Agostinho foi dado como dote a Francisco Antonio da Costa, assim como a crioula Águida. Juliana também era africana e passou a ser propriedade de Francisco da Costa por doação. Não tivemos acesso ao registro de casamento de José e Águida, mas verificamos que estavam com Francisco Antonio Diniz Junqueira durante o inventário de sua primeira esposa, Mariana Constanca de Andrade. O casal de escravos levou à pia batismal seis filhos entre 1839 e 1850 (dos quais dois faleceram nos primeiros anos de vida). A terceira filha do casal recebeu o nome de Adriana, batizada em 1842. Os padrinhos das crianças eram em sua maior parte pessoas aparentados da esposa de Francisco Antonio da Costa, Maria Zimila de Andrade ou escravos desses parentes. Os escravos eram seus antigos companheiros de escravidão dos tempos em que pertenceram a Francisco Antonio Diniz Junqueira.

Figura 1
Compadrio da família de José e Águida



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

Pads = Padrinhos

FAC = Francisco Antonio da Costa

Em sublinhado estão os parentes dos proprietários. * É provável que Lucas e Tomásia fossem escravos de parentes de FAC, apesar de não constar no registro de batismo a condição social dos padrinhos. **Acreditamos que Jose Antonio Costa seja também parente de FAC.

Ao que parece, os filhos de Jose e Águida não permaneceram com o proprietário de seus pais. Encontramos somente Adriana, já esposa de Damião, como escrava de Jose Estevez de Andrade (genro de Francisco Antonio da Costa) na década de 1870. O estabelecimento de parentesco espiritual (compadrio) com a família dos senhores parece ter se estendido ao longo dos anos. Quando Adriana e Damião levaram a pequena Águida para

ser batizada em 1878, foi a antiga senhora, Maria Zimilia de Andrade e seu genro Isaac Vilella de Andrade, quem a apadrinharam. Não localizamos os registros de batismo das outras duas filhas de Adriana (durante o processo crime foi mencionado que Adriana tinha mais duas filhas e que nenhuma das crianças, inclusive Águida, eram filhas de Damião, pois a esposa traía o marido e Adriana e Damião eram pretos e as filhas pardas). Não sabemos se esta afirmação era realmente verdadeira, sendo o crime de natureza passional, ou se foi feita para “justificar” a violência contra as duas mulheres (foram assassinadas a golpes de machado). Se para Adriana e Águida, suas trajetórias se interrompem em uma madrugada fatídica de outubro de 1878, encontraremos Damião se casando novamente em 1888. Antes de adiantarmos o desfecho de Damião, voltemos a suas origens.

Segundo declarou Damião em seu depoimento no processo crime do qual era réu, seus pais eram Juliana (escrava de Francisco Antonio da Costa) e Mateus (escravo de Antonio Francisco Junqueira casado com Rita de Cássia de Andrade irmã de Maria Zimila de Andrade e primo em primeiro grau de seu sogro, Francisco Antonio Diniz Junqueira).

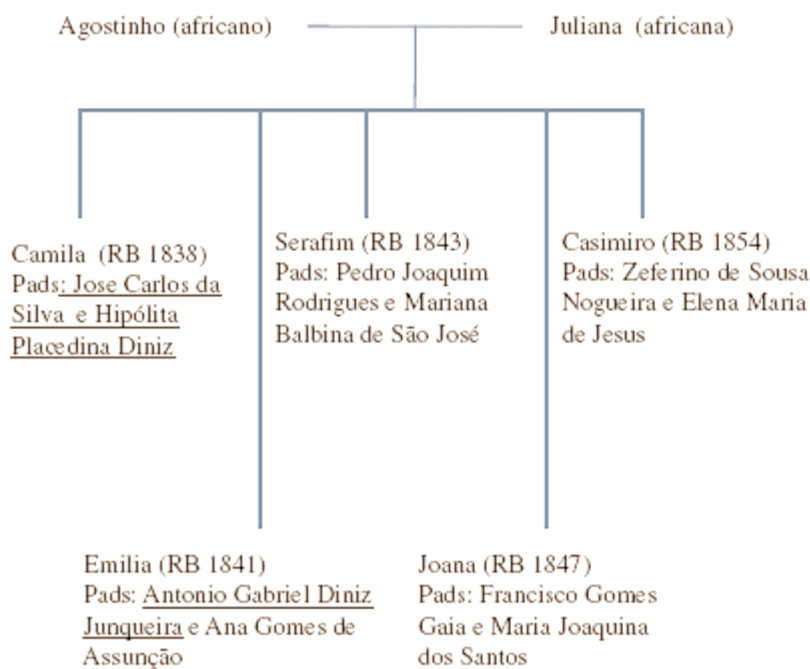
Aparentemente, os pais de Damião não continuaram juntos. Sua mãe se casou com Agostinho (escravo de Francisco Antonio da Costa) com quem teve outros filhos e seu pai se uniu a Maria (escrava de Antonio Francisco Junqueira) com quem também teve outros filhos.

Em 1872, Juliana constou na matrícula de escravos como viúva, africana, então com 61 anos, cozinheira. Foi havida por doação (não encontramos esta escrava na posse da sogra e do sogro de Francisco Antonio da Costa) vindo a falecer em novembro de 1878. Acreditamos que esta seja a mãe de Damião, já que como consta no processo crime (1878), Damião menciona que sua mãe Juliana havia falecido há *poucos dias*.

Não localizamos o registro de batismo de Damião, mas localizamos cinco filhos de Agostinho e Juliana que foram batizados na igreja matriz de Franca. O primeiro batismo foi o de Camila em 1838 e o último, de Casimiro em 1854. Os padrinhos das crianças de Agostinho e Juliana eram todos livres, mas não parentes próximos de seus proprietários.

Dentre as possíveis irmãs de Damião, encontrava-se Joana. Já citamos esta escrava ao mencionar sua trajetória de idas e vindas à escravaria da família de Maria Zimila de Andrade. Nascida como escrava de Francisco Antonio da Costa passou a pertencer ao genro e à filha desse senhor. Localizamos apenas seis registros de batismo dos filhos de Paulo e Joana, ainda escravos do casal João Marcílio Diniz Junqueira [de Andrade Junqueira] e Theolina Zimila de Andrade [da Costa]. Os padrinhos dos filhos do casal escravo eram em sua maioria livres sendo alguns parentes de seus proprietários.

Figura 2
Compadrio da família de Agostinho e Juliana



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.
Pads = Padrinhos
Em sublinhado estão os parentes dos proprietários.

Podemos indagar que Damião pode ter tido outros irmãos que continuaram com Francisco Antonio da Costa e sua esposa, como Rafael. Se para Joana a Lista da Matrícula de Escravos de 1872 é explícita quanto a sua filiação: Agostinho e Juliana, para Rafael menciona apenas que sua mãe é Juliana. Acreditamos que a Matrícula de Escravos omitiu o nome do pai de Rafael, Agostinho, por este já ter falecido ou mesmo devido à omissão do senhor em dar a informação (os proprietários de Joana e Rafael eram diferentes em 1872). A mesma fonte arrolou Rafael como natural de Minas, mas acreditamos que ele seja natural de Franca, uma vez que ainda com três anos foi listado no fogo de Francisco Antonio da Costa em 1835-36.

O compadrio escravo não parece ter seguido um padrão único. Quando houve o estabelecimento do parentesco espiritual entre os escravos, estes pertenciam a proprietários aparentados. Os livres foram os que mais apadrinharam os filhos de escravos. Procurar padrinhos livres pode ter sido uma estratégia para estabelecer laços verticais em uma sociedade altamente hierarquizada. Os senhores nunca apadrinhavam seus cativos, mas seus parentes sempre estiveram presentes. No caso de Jose e Águida, a relação com os familiares dos proprietários foi ainda mais estreita.

Podemos afirmar, que ao menos uma parte das famílias escravas manteve seus vínculos estáveis e duradouros perpetuando-se entre as gerações. Desta forma, é possível vislumbrar que a transição do trabalho escravo para o livre foi um momento, para muitos escravos, realizada ao lado de pais, tios, tias, sobrinhos e sobrinhas, compadres, comadres e/ou antigos conhecidos.

Em 15 de julho de 1888, no arraial de São José, Damião Francisco da Costa *ex escravo de José Esteves de Andrade* e Gabriela Barbara de Jesus filha de Francisco e Maria

ex escravos de José Joaquim da Costa contraem matrimônio. O registro anota “libertos pela Lei Treze de Maio”. Como não há informação de idade, certamente estamos diante de Damião ex-marido de Adriana (então com 54 anos). Tudo indica que Damião adotou o sobrenome de Francisco Antônio da Costa e não o de José Esteves de Andrade (a quem pertencia), possivelmente por ter nascido na propriedade do primeiro e ser realmente o Damião que acompanhamos. Não localizamos o registro de batismo de um escravo Damião (nenhuma criança foi batizada com esse nome na Paróquia de Franca) e de Gabriela (noiva). Encontramos Gabriela levando ao batismo dois filhos *naturais*, Domingos em 1873 e Izidoro em 1877. Teria Damião matado a esposa porque já se encontrava enamorado de Gabriela? Teria o casamento de Damião e Adriana sido um arranjo senhorial realizado à revelia dos escravos?

Ainda que a vontade senhorial desconsiderasse a de seus cativos, é evidente a dificuldade dos senhores em controlar seus escravos (e mesmo dos próprios escravos homens em exercer a autoridade sobre suas mulheres cativas em uma sociedade patriarcal). O desfecho da união de Damião e Adriana pode nos indicar a possibilidade de ter ocorrido um “corriqueiro” homicídio passional ou também nos aponta pistas para indagar que a união matrimonial não impediu que Adriana tivesse tido filhos mulatos e, portanto, se envolvido (provavelmente) com uma pessoa livre e branca. O que se passou com Adriana e Damião mostra o alto preço que o senhor pagaria caso sua vontade fosse imposta à revelia do consentimento cativo²⁶.

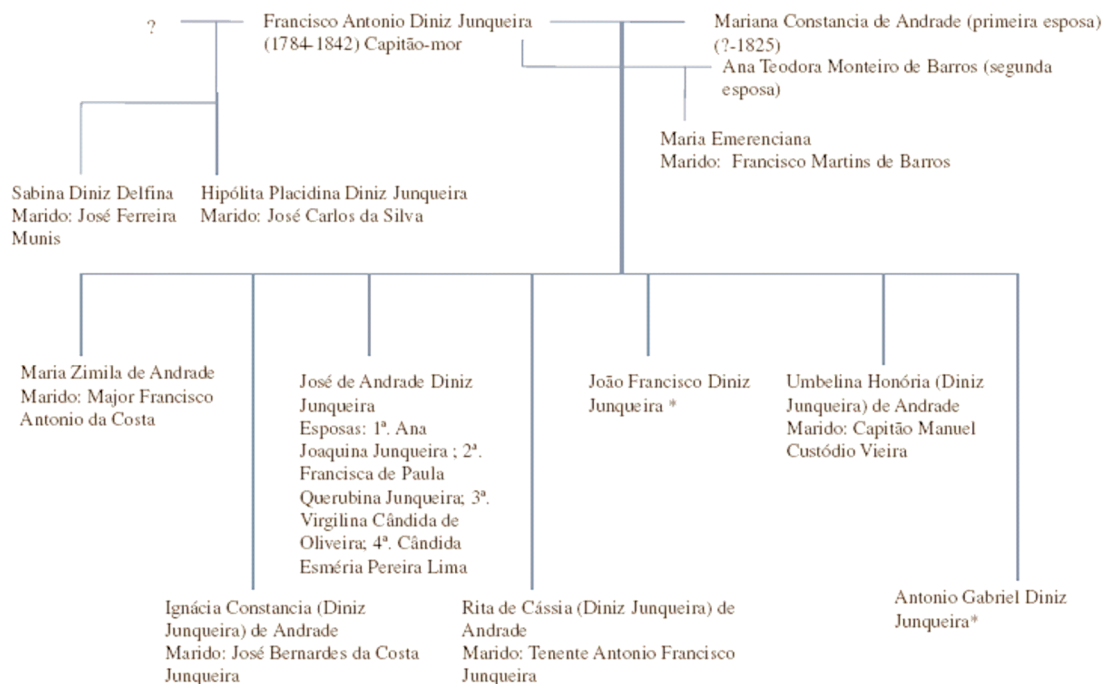
A reprodução natural entre escravos era um elemento levado em conta por este senhor nas estratégias de manutenção e crescimento de sua escravaria?

Ao que parece sim. Nos dois momentos em que pudemos verificar a estrutura de posse dos cativos de Francisco Antônio da Costa/ Maria Zumila de Andrade a participação de crianças era significativa, além do equilíbrio etário-sexual entre os seus cativos.

Francisco Antonio Diniz Junqueira e Francisco Antônio da Costa foram senhores que se preocuparam em oficializar as uniões de sua escravaria e mantiveram a demografia escrava com relativo equilíbrio entre os sexos. Francisco Antonio Diniz Junqueira era um importante senhor de africanos e com a presença significativa desta matriz que sua escravaria se constituiu, reproduziu-se e dividiu-se. Francisco Antonio da Costa herdou escravos, levou ao batismo três dezenas de escravos e recorreu relativamente pouco ao mercado internacional de escravos. Assim, a família escrava parece ter garantido a manutenção de escravarias não apenas dos donos, mas também de outros escravistas, muitas vezes seus aparentados. Os escravos eram separados, mas poderiam ter notícias de seus pares ou se encontrarem durante alguns dias do ano e até se verem com certa regularidade. Mas a condição de escravos dificultava a autonomização de suas famílias, o que, no entanto, não impediu que ela existisse e fosse muito além de vestígios.

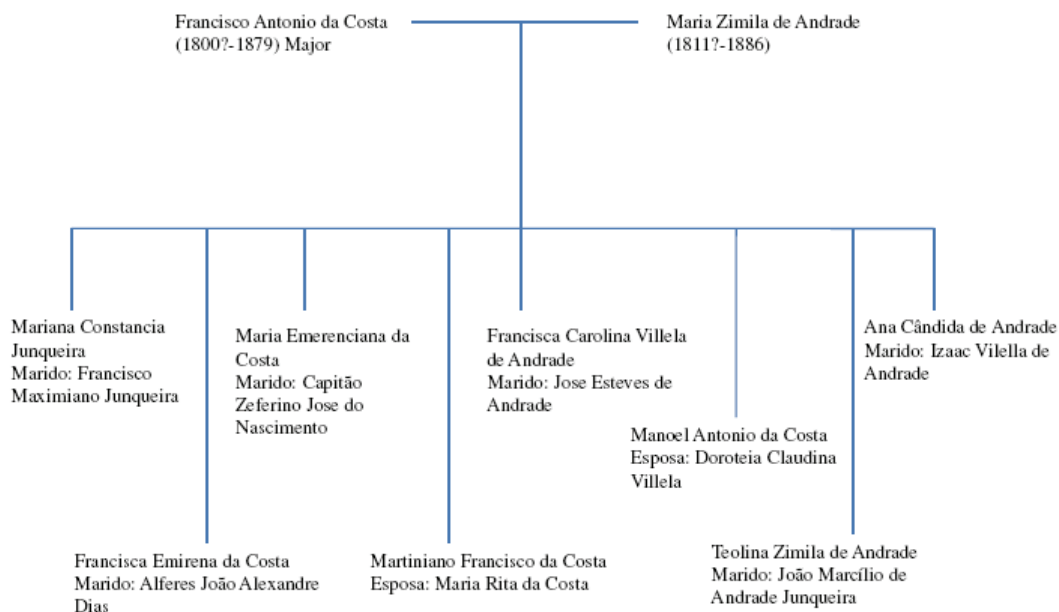
²⁶ Se o casamento foi ou não imposto, não há como saber, mas acreditamos que se essa não era a vontade da escrava. A maneira rude de tratar o marido e o adultério (como consta no processo-criminal, sendo inclusive de conhecimento de Damião a infidelidade de Adriana) podem indicar uma forma de resistência à situação imposta. Sobre a recusa de uma jovem escrava em efetivar seu matrimônio com outro cativo ver GRAHAM, 2005.

Anexo 1 Família de Francisco Antonio Diniz Junqueira



•Não obtivemos informações sobre possíveis casamentos.
Os pais de Francisco Antonio Diniz Junqueira foram Gabriel de Sousa Diniz e Maria Francisca da Encarnação

Anexo 2 Família de Francisco Antonio da Costa



Referências bibliográficas

- ANDRADE, M. F. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil*. Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850). Niterói, UFF, Tese (doutorado), 2005.
- BACELLAR, C. A. P. 1999.
- BRIOSCHI, L. R. *Criando história: paulistas e mineiros no Nordeste de São Paulo (1725-1835)*. São Paulo, FFLCH/ USP, Tese (Doutorado) 1995.
- _____. *Família e genealogia: quatro gerações de uma grande família no Sudeste Brasileiro*. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado, 1985.
- BACELLAR, C. de A. P.
- CHIACHIRI FILHO, J. *Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: Ribeira, 1986.
- FERREIRA, R. A. *Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830- 1888)*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- GARAVAZO, J. *Riqueza e escravidão no nordeste paulista: Batatais, 1851-1887*. São Paulo, 2006. 286f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- GRAHAM, S. L. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
- MOTTA, J. F. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.
- MULLER, D. P. (org.). *Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo, Reedição Litteral Secção de Obras d' "O Estado de São Paulo", 1923.
- RODRIGUES, J. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- ROCHA, C. M. *Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas: Unicamp, 2004.
- SLENES, R. W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil: Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ZALUAR, A. E. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. Livraria Martins: São Paulo, 1953.